



PLANOS ECONÔMICOS NO BRASIL ENTRE 1990 E 1992 E O PLANO REAL: a importância da percepção heurística no encadeamento, manutenção e sucesso das ações econômicas

Marco Aurélio N. PEIXOTO¹; Lucas OLIVEIRA²; Alice L. RODRIGUES³; BEATRIZ R. de J. BARROZO⁴ Paula O. SILVA⁵

RESUMO

Um Plano Econômico perpassa pela concepção ideológica, fatores sociais, macro e microeconômicos que devem se interligar obedecendo a uma lógica clara e epistemologicamente compatível. A metodologia deste trabalho contou com a Análise documental e Observação participante. Os resultados indicaram a importância da correta determinação das causas inflacionárias como fruto de um alinhamento diferenciado de concepções. Destaca-se que os Planos Econômicos atenderam a uma inspiração Neoliberal o que influenciou de maneira determinante suas concepções e propostas.

INTRODUÇÃO

Ao se analisar os Planos Econômicos percebe-se que tão importante quanto dominar as teorias macroeconômicas está a concepção do conjunto de fatores que geraram a condição que se quer combater. Esta destreza na análise das causas da inflação, provem de uma correta visualização do problema, que é estruturada ponto a ponto, perpassando vários campos de nossa sociedade. Esta compreensão do problema começa pela concepção ideológica/epistemológica da análise até a concatenação das evidências mais visíveis dos fatos. Sem esta visão do estudioso, os fatos muitas vezes iludem, fazendo crer que apenas isto ou aquilo gerou a condição a ser enfrentada. A percepção integral da questão se faz necessária uma

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Pouso Alegre. Pouso Alegre/MG - E-mail: marco.peixoto@ifsuldeminas.edu.br

² Discente de Gestão Pública – Belo Horizonte/MG - E-mail: lucas.1312@yahoo.com.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Pouso Alegre. Pouso Alegre/MG - E-mail: alicelopesrodrigues@hotmail.com

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Pouso Alegre. Pouso Alegre/MG - E-mail: adrianarosadri@hotmail.com

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Pouso Alegre. Pouso Alegre/MG - E-mail: paulaholiveira22@gmail.com

vez que, em nossa sociedade existem muitos sistemas que são altamente mutáveis e se sujeitam a todo tipo de modificações na medida em que o tempo passa. Por isso, a sustentação de um Plano Econômico pode estar muito mais em se manter o “alinhamento”, ou seja, a integralização e coerência de uma conduta. Sendo que ela transcorre paulatinamente passando pela ideologia, fatores sociais, macro e microeconômicos e que funcionam como uma “rolha” impedindo o fluxo de algo “não desejado” na economia.

No intuito de criarmos um campo de estudo para esta percepção analisemos os Planos Econômicos que surgiram na década de 1990, sendo que o último deles persiste até os dias atuais. No entanto, o sucesso do último plano começa a ruir na contemporaneidade com uma inflação cada vez mais crescente o que pode levar-nos novamente ao debate do um Novo Plano Econômico.

Continuando a nossa análise, temos que o país vinha sendo governado por militares desde 1964 e além das questões intrínsecas à ditadura, apresentava alta inflação, o que contribuiu para que o povo saísse às ruas pedindo eleições diretas. Enfim em 1985 foi eleito um presidente da república não militar por um colégio eleitoral. No entanto, quem assumiu o poder foi o presidente José Sarney em episódio trágico da política brasileira. Mediante as ideias de Pinheiro, Giambiagi & Moreira (2001), a década de 80 foi marcada por uma inflação crescente e políticas macroeconômicas mal sucedidas ocorrendo intervenções constantes do Estado na economia. Neste contexto, ideologicamente o mundo já era assolado pela ideologia conhecida como globalização e muito se falava em uma nova ordem mundial.

Sucedendo ao governo de José Sarney, assume o governo como presidente eleito diretamente pelo povo Fernando Collor de Melo. Nesta época, segundo Vazquez, Höfling, Cajueiro, Monfredim (2004) o Brasil vivia um cenário de hiperinflação, marcado pela ação em que prevalecia o “capital financeiro, e hegemonia dos planos de estabilização, sob o domínio dos agentes recessivos” (VAZQUES *et. al.*, 2004, p.148).

Neste sentido iniciou uma década, cujos planos econômicos geraram reformas “orientadas para o mercado” (PINHEIRO, GIAMBIAGI & MOREIRA, 2001, p.07), que tinham como elementos principais ações voltadas para diminuir a interferência do governo no mercado e aumentar a competitividade na economia.

Todo este conjunto de fatores marcou um período de modelos econômicos chamados de Neoliberais intensificando privatizações de empresas estatais e grande abertura ao capital externo.

MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa escolhemos a Análise Documental que envolvia a compreensão dos Planos Econômicos, combinada com a Observação Participante, sendo que escolhemos a Análise Documental porque ela

compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados [...] (DUARTE; BARROS, 2005, p. 272).

A partir dos conhecimentos apreendidos nessa análise lançamos mão de mecanismos inscritos na técnica de Observação Participante no sentido de concatenar os dados capazes de dar ensejo as conclusões da pesquisa apresentadas. Temos ainda que

observação participante é um método em que o pesquisador toma parte do cotidiano do grupo ou organização pesquisada, até desempenha tarefas regularmente, tudo com o intuito de entender em profundidade aquele ambiente [...] (SANTOS, 2004, p. 3-4.).

Por se tratar de um assunto extremamente técnico optamos por utilizar esses dois procedimentos de pesquisa no sentido de observar quais as sutilezas, além da técnica, foi responsável pelo sucesso de um Plano e o insucesso do outro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante a pesquisa em documentos oficiais, análises e notícias da época, analisamos os Planos Econômicos que acompanharam os governos anteriormente mencionados.

O Governo Brasileiro que estava assumindo o país anunciou em 16 de março do ano de 1990, um programa de estabilização com a finalidade de cessar a escalada da hiperinflação e manter a inflação em níveis mais aceitáveis pela população. O aspecto principal do Programa implementado foi realizar uma reforma monetária que trocou o padrão monetário, “retirando o poder liberatório da moeda antiga, o Cruzado Novo, e entregando-o à nova moeda, o Cruzeiro. Foram tomados indisponíveis 80% do estoque de Cruzados Novos”(PASTORE, 1991, p. 157). Sob esta perspectiva,

todos os débitos então existentes deveriam ser liquidados na moeda antiga, e durante 60 dias o Governo permitiu que os impostos (federais, estaduais e municipais) pudessem ser pagos em cruzados novos. A perda do poder liberatório do cruzado novo, conseqüentemente, não foi absoluta, mantendo-se parcialmente por 60 dias, o que ensejou um ativo mercado de

trocas de titularidade dos depósitos em cruzados novos, que livremente determinava a taxa cambial de conversão entre as duas moedas. (PASTORE, 1991, p. 157).

Antes desta reforma havia sido realizada outra no ano de 1986, chamada de Plano Cruzado e que diferia da reforma do Plano Collor, tendo em vista que divergiam quanto às causas que geravam a inflação. Isto porque enquanto uma buscava o controle da inflação com forte atuação do governo no controle, a outra buscava uma “não intervenção governamental” na economia. Mudou a concepção ideológica e econômica, mudou-se também as formas de combate para as causas inflacionárias.

Merece destaque ainda no Plano a sobrevalorização cambial provocada por uma taxa cambial livre em detrimento da fixa anteriormente utilizada, o que segundo Pastore (1991), provocou abrupta redução de estoques de moeda e demais ativos financeiros e o câmbio reduziu artificialmente a taxa da inflação. O plano se preocupou com o controle da chamada “moeda indexada”, admitindo que o crescimento dessa indexação está na base do processo inflacionário. Assim reduziu o estoque de moeda para depois controlar a sua liquidez, o que na opinião de Pastore (1991) é um diagnóstico errado da causa da inflação. Na opinião dele a causa estaria nas aplicações que geram compromissos de recompra pelo Banco Central como o *Overnight*, associado ainda a dolarização da economia.

Após implementadas todas estas medidas, ao contrário do que se esperava o Plano Collor resultou em intensa recessão, desemprego e insatisfação popular. Esta condição inesperada deu ensejo ao Plano Collor II, após seis meses de implantação do primeiro.

O Plano chamado de Plano Collor II possuía as mesmas prerrogativas de cortar gastos e diminuir a inflação. Nos ajustes deste Plano Collor II, havia a execução de novos congelamentos de preços e medidas que incluíam a produção antecipada de papéis privados e federais que integravam o cálculo de ferramentas fiscais em substituição às taxas de *overnight*. No entanto, baldados todos estes esforços, novamente não ocorreu o esperado, apenas uma queda da inflação a curto prazo o que aumentou ainda mais o descontentamento da população. Por fim, esta época “turbulenta”, culminou em um período mais ou menos estável economicamente, proveniente de um Plano implementado em 1994 chamado de Plano Real.

Neste “Novo Plano” ocorreu uma extensão macroeconômica dos anteriormente abordados, mas diferentemente dos anteriores, ele resultou em queda inflacionária e impactou mais positivamente o crescimento da economia ao atrair maior investimento estrangeiro e estimular mais efetivamente a competitividade. Contudo “aumentou o *Déficit Fiscal* e em conta corrente e levou ao aumento das obrigações públicas e externas” (PINHEIRO, GIAMBIAGI e MOREIRA, 2001, p.16).

O Plano Real, segundo Figueiras (2000), atuava em seis grandes eixos, ou seja, desindexou a economia, privatizou empresas estatais, buscou o equilíbrio fiscal e abertura econômica, manteve o câmbio artificialmente valorizado e adoção de políticas monetárias restritivas.

Percebe-se que muitos autores que analisaram política monetária brasileira concordam que

o Plano Real, implementado em julho de 1994, significou uma mudança profunda na economia brasileira que se firmou com a transição para o regime de câmbio flexível (Jan./99) e a adoção do regime de metas de inflação (Jul./99)” (FILHO, 2006, p.19).

É importante frisar que este plano demonstrou o acerto das proposições teóricas nas quais ele era fundamentado ao determinar que

a conversão dos salários e outros contratos, de cruzeiros reais, para uma unidade de conta indexada diariamente (a URV), não necessariamente levaria a uma aceleração da inflação em cruzeiros reais, desde que as conversões fossem feitas pela média; e que a inflação poderia, por meio de uma reforma monetária, ser trazida para próximo de zero instantaneamente, de forma preanunciada, sem confiscos de ativos financeiros, nem congelamentos de preços e salários (PINHEIRO, 1997, p.179-180).

Declarações da equipe econômica da época dizem que o sucesso deste plano se deveu a ostensiva explicação de passo a passo acerca do plano, o que mostra como o envolvimento do conjunto social é primordial para o êxito, mesmo de políticas ditas mais tecnicamente sustentáveis como a econômica.

CONCLUSÕES

Os Planos econômicos que foram alvo deste artigo combinaram uma série de fatores e aspectos de várias áreas sociais e econômicas diferentes. Em relação às medidas adotadas foi possível perceber que umas obtiveram mais êxito do que outras e estavam vinculadas a uma visão política e ideológica particular do país. Observou-se ainda que, mesmo combinadas, as ações econômicas possuem muitas implicações e nem sempre provocam o efeito pretendido.

No entanto, percebe-se a insuficiência do conhecimento técnico da questão quando utilizado isoladamente, pois ele precisa estar corretamente alinhado com a correta concepção econômica e ideológica. A Globalização trouxe em seu cerne a

lógica do Neoliberalismo que inspirou os planos dando a eles um contexto em nível planetário, na qual este deveria se desenvolver. Caso a concepção filosófica fosse outra, outro também poderia ser o Plano a ser adotado, permitindo a inferência de que a cada povo ou momento histórico, poderão caber medidas diferentes, pois o que dá certo para um, pode dar muito errado em outro contexto ideológico e político.

A análise de nossa condição econômica e administrativa contemporânea deve começar por essa correta investigação e avaliação que precisa configurar-se na base da ação econômica e administrativa a ser organizada. Como vimos na avaliação de economistas, o Plano Collor I e II errou na concepção do que havia provocado a inflação. No Plano Real as causas foram mais bem identificadas o que gerou um Plano mais exitoso. Achar estas causas é um processo heurístico que se inicia nas esferas filosóficas, ideológicas e perpassa as camadas sócias, econômicas e administrativas até se chegar à uma concepção integrada do todo em que se pretende atuar.

O mundo está mudando constantemente e com ele as bases econômicas, sociais e políticas que o sustentam, movimentando as economias, gerando novos desafios que deverão ser enfrentados em breve.

REFERÊNCIAS

DUARTE, J. BARROS, A. (Orgs.). **Método e técnica de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FIGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: Fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILHO, O. C. da S. **Política monetária e mudanças macroeconômicas no Brasil**: uma abordagem MS-VAR. 2006. Dissertação. Disponível no site: <
https://scholar.google.com.br/scholar?cites=541027136339937574&as_sdt=2005&sciodt=0,5&hl=pt-BR> Acesso em 15/06/2015.

PASTORE, A.C. A reforma monetária do Plano Collor. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, jan. 1991,p.74-157. Disponível no site: <
<file:///D:/Usuarios/Marco/Downloads/477-19226-1-PB.pdf>>. Acesso em 15/06/2015.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 1990: uma transição bem sucedida?** Rio de Janeiro, novembro de 2001. Disponível no site:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-91.pdf> Acesso em 17/06/2015.

PINHEIRO, S. L. Coord. **O Plano Real e Outras Experiências Internacionais de Estabilização**. Brasília: Escritório da Cepal no Brasil, 1997. Disponível no site:
<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1541/S3395B81P_pt.pdf?sequence=1> Acesso em 10/06/2015.

SANTOS, M. E. Da observação participante à pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração. In: **V ENCONTRO DE**

PESQUISADORES EM ADMINISTRAÇÃO DA FACEF, 2004, Franca: FACEF, 2004. v. I. Disponível em:
<http://www.angelfire.com/ms/tecnologia/pessoal/facef_pesq.pdf>. Acesso em: 25/06/2015.

VAZQUEZ, D.A.; HÖFLING, D. M.; CAJUEIRO, J. P. M.; MONFREDIM, M. I. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades limites e condicionantes. **Rev.Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 147-167, jul./dez. 2004.